

A INVENÇÃO DA CONQUISTA DO ACRE

SOUZA, Valtemir Evangelista de ¹

Resumo: Na conquista do Acre destacam-se vários atores importantes, tais como os governos do Brasil, do Pará e Amazonas, o último interessado na expansão territorial, os comerciantes estabelecidos em Belém e Manaus com relações na Europa, principais financiadores dos desbravadores responsáveis pelos levantamentos das potencialidades da região dos altos cursos dos rios. Foi através das primeiras incursões e viagens de drogas do sertão, como cacau, breu, copaíba, anil, óleos vegetais e animal e pirarucu, dentre outros, ajudaram nos levantamentos e reconhecimentos que permitiram saber as possibilidades de exploração de produtos naturais, principiando a organização dos seringais e a exploração da borracha, com abertura das estradas de seringa, além de transportes de produtos e mercadorias.

Palavras-chave: Amazônia. Rios. Borracha. Expansão Territorial.

Abstract: In the conquest of Acre, several important actors, such as the governments of Brazil, Pará and Amazonas, the last one interested in territorial expansion, the merchants established in Belém and Manaus with relations in Europe, the main financiers, the pioneers responsible for surveys of the region's potential for high river courses. It was through the first incursions and drug trips of the hinterland, such as cacao, pitch, copaiba, indigo, vegetable oils and animal, pirarucu, among others, helped in the surveys and recognitions that allowed to know the possibilities of exploring natural products, the organization of rubber plantations and the exploitation of rubber, with the opening of the syringe roads as well as transport of products and merchandises.

¹ Pós-Graduando do Curso de Geografia Humana da USP/Aluno do Prof. Wanderley Messias da COSTA, disciplina: Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea. E-mail: valtemirevangelista@gmail.com.

Keywords: Amazonia; Rivers; Rubber; Territorial Expansion.

Introdução

As bases da conquista do Território do Acre, fato que ocorreu por volta de meados do século XIX, quando teve início o processo de conquista e apropriação do que mais tarde viria se tornar parte do Brasil. Para tanto, a análise aborda em seu desenvolvimento alguns fatos que culminaram com a incorporação das terras acreanas ao território brasileiro. Nesse sentido, foram organizadas diversas viagens de cunho exploratório, inclusive geográfico, com a finalidade de conhecer as verdadeiras potencialidades dos recursos naturais da região dos altos cursos dos rios. A crescente valorização da borracha estimula a procura pela árvore da seringueira, produtora do látex, que se tornou ingrediente importante na disputa pela região de contato fronteiro entre os dois países (Brasil e Bolívia).

Desse modo, a disputa ocorre em duas importantes frentes a serem destacadas. A primeira e mais importante delas diz respeito às questões no âmbito da administração federal, relativas à soberania dos Estados Nações (Brasil/Bolívia), recheados de disputas diplomáticas que, com a promoção de assinaturas de acordos e tratados internacionais, com objetivo de pôr fim ao processo de litigância, permitiu uma boa convivência entre os povos das partes envolvidas.

A outra frente, não menos importante, mas fundamental, diz respeito a questões de política econômica, no plano regional, porém de alcance internacional, posto que se encontrava em plena evolução, a valorização da borracha, como importante matéria-prima da indústria de artefatos e utensílios (médico-hospitalares, agrícolas e domésticos), bélica e automotiva. E como a região dos altos cursos dos rios afluentes

A invenção da conquista do Acre da margem direita do Amazonas, o Purus e o Juruá, havia demonstrado grande concentração de *hevea brasiliensis*, ou acrefina, goma elástica de excelente qualidade, evidenciando assim, enormes possibilidades no potencial de riquezas, este fato estabeleceu o acirramento nas disputas, no campo diplomático, pelas ricas terras do território acreano.

O processo das disputas

O processo das disputas pelas terras acreanas ocorreu a partir da vulcanização da borracha, transformando-a em importante e valorizada matéria-prima utilizada nos parques industriais europeus e estadunidenses; a Bolívia, sabendo das potencialidades de riquezas, demonstrou suas intenções, com uma pretensa saída, desde princípios do século XIX, para o oceano Atlântico através do rio Amazonas, sendo este um importante ponto de discórdia entre brasileiros e bolivianos, posto que o Brasil proibia a navegação estrangeira no Amazonas e a Bolívia discordava. Entretanto, no ano de 1844, numa destas tentativas, a Bolívia tentou junto ao Brasil uma saída para o Atlântico, através da livre navegação no Amazonas, mas o Brasil não concordou. Em protesto, a Bolívia decretou livre navegação nos rios que banhassem seu território e fossem afluentes do Amazonas e do rio da Prata, obtendo apoio dos Estados Unidos através de um convênio em 1853, contra o qual o Brasil protestou. Anos depois ocorreu outro episódio, a criação do *Bolivian Syndicate*, em 1901, um acordo entre a Bolívia e empresas norte-americanas e inglesas.

Dentro da sequência de fatos e atos das assinaturas de acordos e tratados internacionais, em 27 de maio de 1867, Brasil e Bolívia firmaram o Tratado de *Ayacucho*, cujo limite seria o rio Beni, na confluência com o rio Madeira, seguindo para o oeste por uma paralela tirada da margem esquerda, na latitude 10°20', até as nascentes do Javari. Através desse

Tratado o Brasil cedia à Bolívia os territórios do Juruá, do Purus, do Acre e do Iaco, ao sul da linha Javari-Beni, atual território do Acre. Este fato gerou controvérsia, em relação à localização da nascente do rio Javari, provocando a suspensão dos trabalhos de demarcação; até que fosse conhecida a verdadeira nascente, não haveria condições de inferir o exato limite de ambas as soberanias. O art. 2º do Tratado assegurava aos brasileiros o *uti possidetis*.

Apesar de suspensos os trabalhos de demarcação, a Bolívia, no ano de 1898, insistiu e conseguiu junto ao Ministério do Exterior brasileiro autorização para instalar uma alfândega em Puerto Alonso (hoje, Porto Acre) posto que, considerava as terras como suas. Com tal concessão, o Brasil reconhecia a posse do território ao Norte do paralelo 10º20' como sendo da Bolívia, chamado de “Território de Colônia”. Mas, diante das dificuldades bolivianas em ocupar e explorar a região por suas próprias energias, em 1901, as Terras de Colônia foram arrendadas a uma empresa americana, *Bolivian Syndicate*, como dito anteriormente, com sede em Nova York, de propriedade de comerciantes norte-americanos e ingleses, que recebeu, por parte do governo boliviano, delegação de amplos poderes (sendo permitido conquistar o território, ocupar, explorar e valorizar), podendo inclusive, construir portos, cidades, armar e manter força militar, além de também cobrar impostos. Mas esses fatos foram denunciados pelo espanhol Luiz Galvez, que, à época, se encontrava servindo no consulado boliviano em Belém.

Sobre esse tema, vejamos o que diz a observação de Márcio Souza (1984, p. 54.):

Os Estados Unidos da América, por via diplomática, da República do Brasil, gestionarão o reconhecimento dos direitos da República da Bolívia nos territórios do Acre, Purus e Iaco, hoje ocupados de acordo com os

A invenção da conquista do Acre direitos estabelecidos pelo Tratado de 1867.

Os Estados Unidos da América se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário bélico de que esta necessitar em caso de guerra com o Brasil.

Os Estados Unidos da América exigirão que o Brasil nomeie dentro do corrente ano uma comissão que, de acordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definitivas entre o Purus e o Javari.

O Brasil deverá ceder a livre navegação dos afluentes do rio Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre trânsito pelas alfândegas do Pará e Manaus às mercadorias destinadas aos portos bolivianos.

Em recompensa aos bons ofícios à Bolívia concederá aos Estados Unidos da América o abatimento de 50% dos direitos da borracha que saia com destino para qualquer parte da dita nação e este abatimento durará pelo prazo de 10 anos.

No caso de ter que apelar pela guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe, da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre a Boca do Acre e a atual ocupação, aos Estados Unidos da América em livre posse. (SOUZA, 1984, p. 54).

Diante de tais informações, o governo brasileiro interpelou a Bolívia sobre os fatos, que os negou; então, o Brasil suspendeu através do Congresso Nacional o acordo comercial firmado, permitindo a livre navegação dos barcos com bandeira boliviana em rios brasileiros, fosse para exportação ou importação de mercadorias e produtos, apesar dos protestos de vários países europeus e dos Estados Unidos.

Por outro lado, a outra frente estava em pleno desenvolvimento,

promovendo intensamente a migração de mão de obra, principalmente de nortistas, visando à ocupação territorial, com vistas à exploração e produção de borracha, na região do Acre, embora sem o apoio do Governo Federal. O controle da foz do rio Amazonas contribuiu muito para o imperativo desbravamento dos afluentes e subafluentes do grande rio, naquela época a principal via de penetração regional; assim, incentivaram-se incursões empreendidas por desbravadores financiados por comerciantes estabelecidos nas cidades de Manaus e Belém (principais centros urbanos). Estes, aliados a governantes regionais, especialmente do Amazonas, principal interessado na conquista e expansão de seus domínios territoriais, dentro desse conjunto de interesses fizeram a apropriação, evolução e consolidação das terras pertencentes até então à Bolívia, apesar das controvérsias.

A geopolítica da conquista

Como dito anteriormente, as bases da conquista do território acreano tem seu início aproximadamente a partir da segunda metade do século XIX, mas o projeto tomou impulso com o fenômeno, hoje conhecido como seca do Nordeste, 1877/78, quando trabalhadores foram agenciados e estimulados por propagandas realizadas especialmente em abrigos e/ou refúgios existentes nos núcleos urbanos nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, apoiados pelos governos do Pará e Amazonas. Estes concitavam ao trabalho na Amazônia, com despesas pagas até o porto de Belém, as possibilidades de enriquecimento e, o mais importante, com trabalho livre, em comparação com trabalho escravo nas fazendas de café do Sudeste. Assim, a Amazônia, ganhava a preferência dos migrantes nordestinos.

Como pode ser observado em Roberto Santos (1980, p. 108.):

a) pelo preconceito do próprio trabalhador nordestino relativamente ao trabalho nos cafezais, que era tradicionalmente considerado escravo, ao passo que, em relação à Amazônia, o trabalhador sonhava operar como se fosse empreiteiro de si mesmo, seringueiro autônomo, não sujeito sequer a regime salarial, pois o látex que vendesse lhe pertencia;

b) pelas ilusões de enriquecimento rápido a que o boom da borracha expunha o nordestino, as quais eram suficientes para superar os estímulos de maior salário ou remuneração do sul;

c) pela propaganda e arregimentação realizada por prepostos se seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife e Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais;

d) pelos subsídios que os governos do Pará e do Amazonas concediam ao transporte de imigrantes em vista dos programas de colonização agrícola, mas redundavam em favorecer, em última análise, a migração para as zonas extratoras de borracha;

e) pela proximidade e facilidades do transporte de cabotagem até o porto de Belém, nesse tempo maiores que para o sul;

f) pela ruptura da resistência dos senhores de terra nordestinos à saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e nos refúgios nos núcleos urbanos". (SANTOS, 1980, p. 108).

E ainda, ao continuar com a observação da importância da história econômica da Amazônia, nos estudos desenvolvidos por Santos (1980), o mesmo aborda o quão difícil foi a exploração do látex dentro da região, em especial durante os primeiros anos e nos altos cursos dos rios, como

é o caso do território acreano, afluentes e subafluentes do Amazonas. Isso foi mais difícil quando a atividade extrativa tomou impulso ao se tornar matéria-prima após a descoberta da vulcanização, vencendo as dificuldades do uso dos produtos confeccionados artesanalmente.

É importante mencionar outros estudiosos que abordam a temática sobre as raízes do Acre, os quais demonstram a intenção de promover a ocupação da região dos cursos dos rios, área de grande concentração de árvores seringueiras, castanheiras, além de outras produtoras de resinas, bem como cacau, canela e salsaparrilha. Assim, desde os anos 70 do século XIX o território acreano encontrava-se cheio de brasileiros, especialmente cearenses que se opuseram às intenções do projeto boliviano, dispostos ao enfrentamento, cujo objetivo era ocupar e tomar posse do território potencialmente rico em recursos naturais, com vistas à exploração econômica.

Na visão de Meira Mattos (1980, p. 32.):

comenta a agressividade da natureza ante o desejo do homem de conquistar e transformar a região em espaço político e econômico e que o interesse em estender o domínio de suas fronteiras econômicas até os limites amazônicos é comum a todos os países que participam da imensa bacia. E cita o testemunho de Euclides da Cunha, no início do século XX, que afirma: “foi à paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e hostil”.

E continua agora na visão de Capistrano de Abreu que diz ser a “Amazônia uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, enquanto, ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola”. Posto que a conquista da grande planície, deu-se das nascentes para a foz, por Gonçalo Pizarro, e Francisco Orellana, que saíram do Pacífico e

A invenção da conquista do Acre alcançaram o Atlântico, apesar de Pizarro, retornar a Quito enquanto, Orellana, navega no grande rio Amazonas (Marañon), até sua foz. (MATTOS, 1980, p. 32).

Alguns antecedentes importantes

É interessante observar o processo de conquista e manutenção territorial da grande região amazônica pelos portugueses, os quais ultrapassaram os limites estabelecidos pelos diversos Acordos e Tratados, quando as sutilezas utilizadas por meio das estratégias permitiram avançar na ocupação, manutenção do grande espaço amazônico, apesar das inúmeras dificuldades, posto que conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), antes de ser a região conhecida e ocupada, estabelecia os limites, em razão da sua posição na ordem mundial, sendo a (Lusitânia) parte oriental portuguesa, e a (Nova Andaluzia), parte ocidental espanhola, denominações da Amazônia, precedentes à conquista. (BECKER, 2009). Entretanto, com a união das coroas de Portugal e Espanha (1580), a tarefa de apropriação da Amazônia tornou-se mais facilitada, especialmente no combate aos invasores europeus (ingleses, franceses e holandeses), que dificultavam ao monopólio comercial ibérico.

Com a construção do Forte do Presépio, em Belém, no ano de 1616, ali nasciam as bases da logística para a expansão e conquista do grande Vale, de forma semelhante às bandeiras paulistas. Nesse sentido, coube ao Capitão Pedro Teixeira liderar a primeira grande bandeira fluvial, que pôs fim às pretensões holandesas, destruindo os fortes instalados no Xingu. Nesse mesmo período, ocorreu o deslocamento do centro do poder de São Luiz para Belém, por estar em melhor posição para controlar a sempre ameaçada boca do rio Amazonas. Esse modelo

foi replicado ao longo da imensa bacia.

Avançando ao longo do tempo foi criada a Capitania de São José do Rio Negro (origem do atual Estado do Amazonas), subordinada ao governador em Belém, fazendo crescer em importância aquela cidade, na consolidação do poder português na foz e na expansão rio adentro, segundo afirmação de Arthur Reis.

O estabelecimento de vilas e cidades nos encontros ou às margens dos rios amazônicos facilitou sobremaneira a ação e controle da região. A adoção de tal medida foi muito importante no processo da conquista do território do Acre. Para tanto, empreendeu-se inicialmente a conquista do Purus e seus afluentes, posteriormente do Juruá. No processo de conquista do Purus, fundou-se a cidade de Lábrea, nas confluências do rio Ituxi, pelo maranhense Antônio Rodrigues Pereira Labre, constituindo-se em um excelente entreposto para a conquista do Acre, posteriormente foi fundada a Boca do Acre, na embocadura do rio Acre, porém, antes foi criada a vila de Floriano Peixoto, na confluência do rio Antimari com o Acre, mas a mesma foi completamente destruída após uma revolta popular. Este fato obrigou o recuo, com a transferência da comarca para a Boca do Acre, com o nome de Santa Maria.

A expedição de João Gabriel de Carvalho e Mello, fundador de Boca do Acre, deu início à marcha colonizadora para o Oeste; após trabalhar por aproximadamente 21 anos na região, retornou ao Ceará, reunindo toda a família, além de amigos e agregados, formando uma caravana e retornou com destino ao Acre, para viver e trabalhar em função da borracha. Em 06 de fevereiro de 1878, partiu de Belém, a bordo do vapor Anajás, desembarcando em 03 de março, dando o mesmo nome do navio que o transportou ao local no rio Purus. Assim iniciava-se de fato a colonização da região e João Gabriel, considerado símbolo do pioneirismo nordestino, liderando homens e organizando o primeiro

A invenção da conquista do Acre seringal no Acre, financiado pelo patrão-aviador, o português Elias José Nunes da Silva, Visconde de Santo Elias, comerciante com casa aviadora, estabelecido em Belém, financiou o desbravamento e início da colonização do Acre. (Figura – 01). Ao observar a imagem abaixo, pode-se perceber a grande importância dos rios dentro do território amazônico, os quais foram importantes vias no processo de ocupação, dispersão e exploração da região. Mais ainda, essas vias tiveram papel importante na ação e controle das entradas e saídas, especialmente, quando foram implantadas as principais atividades e instituídos os núcleos urbanos, que evoluíram na promoção das múltiplas relações regionais, para a conquista e manutenção territorial, apesar dos vários problemas existentes ou que por ventura poderiam ainda surgir.



Fonte: IBGE/ANA.

Figura 01: Brasil antes da conquista do Acre. Criação e Montagem: Valteir E. de Souza. Digitalização: Janio Souto.

Ao observar os ciclos econômicos brasileiros, na obra Formação Econômica do Brasil (FURTADO, 1985), esse autor faz-nos perceber o grau de importância do extrativismo do látex na pauta da exportação brasileira, além de analisar os efeitos tardios da inserção da Amazônia no processo de exploração e desenvolvimento econômico sócio-espacial brasileiro. E mais, por ser uma área de grande extensão territorial, baixa

A invenção da conquista do Acre densidade populacional e de difícil penetração, o isolamento dificultou o atendimento aos interesses nacionais, mas sempre considerando os interesses externos.

A invenção (conquista) do Acre

Apesar de, em 27 de maio de 1867, Brasil e Bolívia, terem firmado o Tratado de *Ayacucho*, cujo limite seria o rio Beni, na confluência com o rio Madeira, seguindo para o Oeste por uma paralela tirada da margem esquerda, na latitude 10°20', até as nascentes do Javari, o Brasil cedeu à Bolívia os territórios do Juruá, do Purus, do Acre e do Iaco, ao Sul da linha Javari-Beni, atual Território do Acre. Entretanto, o mencionado Tratado no Art. 2º assegurava aos brasileiros o *uti possidetis* e aquelas terras já estavam ocupadas por brasileiros, o que gerou controvérsia, em relação à localização da nascente do rio Javari, fato que provocou a suspensão dos trabalhos de demarcação; até ser conhecida a verdadeira nascente, não haveria possibilidade de saber o exato limite de ambas as soberanias.

Dispondo do controle da entrada do grande rio Amazonas, a corrente migratória só aumentava a cada ano, subindo e ocupando, inicialmente, o Purus e seus afluentes, dentre eles o rio Aquiry ou Acre; posteriormente o Juruá com seus rios e igarapés foram ocupados, onde, nos encontros e/ou margens, estabeleciam-se seringais e suas colocações de seringas. É importante observar os altos cursos, próximo às nascentes, pontos finais para a navegação (figura 02). Em tal figura pode-se observar a grande dificuldade no deslocamento naquelas paragens, especialmente, durante a estação seca, mas ricas em árvores lácteas, as seringueiras, *hevea brasiliensis*, a Bolívia tinha interesses em incorporá-las ao seu território, mas os brasileiros chegaram primeiro. E dadas às condições

de ação e controle e localização geográfica, era amplamente favorável ao Brasil.



Foto Antiga: s/data. Arquivo Público do Acre.

Figura 02 - Canoa: pequena embarcação, meio de transp. local nos altos cursos dos rios da Amazônia - Estação Seca.

O desenvolvimento da corrente migratória para o Acre permitiu que, ao final do século XIX e princípio do XX, houvesse algo em torno de 300 ou 400 seringais, cuja propriedade em sua maioria era de brasileiros (figura 03), cuja imagem mostra a dificuldade no transporte da produção de borracha, nos altos cursos durante o período da estiagem.



Foto Antiga: s/d. Arquivo Público do Acre.

Figura – 03 – Balsa de Borracha: Transporte da produção nos altos cursos – Estação Seca.

Pois bem, este movimento, após algumas insurreições, rebelou-se contra as pretensões bolivianas, lideradas por José Plácido de Castro, sob o patrocínio direto do governador do Amazonas Silvério Néri, contrário ao domínio boliviano sobre o Acre. Aliás, o nome “Acre” surgiu quando um seringalista, pouco afeito à escrita, ao escrever a seu “aviador” “Visconde de Santo Elias”, influente comerciante em Belém, trocou o nome do rio Aquiri, como era conhecido pelos locais, por Acre, a partir de então, inventou-se o Acre. E o Brasil incorporou a seu território uma de 142.900 Km² (figura 04), situada ao norte da latitude 10°20’. Estava solucionado o conflito, restabelecendo à paz entre os povos das duas nações.



Fonte: IBGE/ANA.

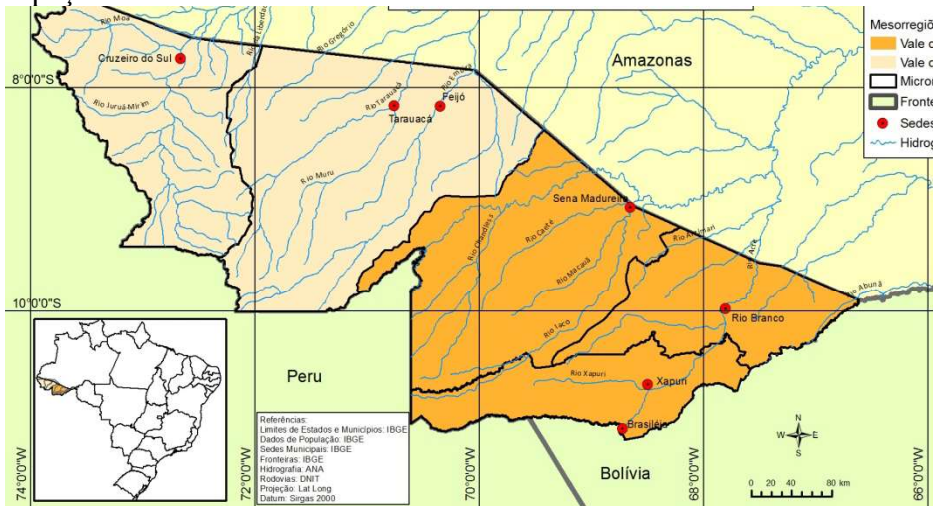
Figura 04 – Brasil após conquista do Acre. Criação e Montagem: Valteir E. de Souza. Digitalização: Janio Souto.

O Acre: localização geográfica e divisão territorial

O Estado do Acre está situado entre os paralelos 07°07S e 11°08S e meridianos 66°30W e 74°WGr. (figura 05). Situado inteiramente na bacia Amazônica, sua superfície territorial é de 164.221,36km² (16.422.136ha). Sua extensão territorial é de 445km no sentido norte-sul e 809km entre

A invenção da conquista do Acre seus extremos leste-oeste. Localiza-se na Amazônia Ocidental a SW do Estado do Amazonas, faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e com os Estados brasileiros do Amazonas e Rondônia. Divide-se em duas mesorregiões geográficas: a mesorregião Vale do Juruá, que compreende as microrregiões de Cruzeiro do Sul e Tarauacá e a mesorregião Vale do Acre, contendo as microrregiões de Brasília, Rio Branco e Sena Madureira. Desde os anos setenta, na mesorregião Vale do Acre, a população urbana vem superando a rural, enquanto na mesorregião Vale do Juruá a população continua sendo essencialmente rural. A cidade de Rio Branco, capital do Estado, localizada na Microrregião de Rio Branco, e, contida na mesorregião Vale do Acre, polariza o espaço territorial da mesma.

O Vale do Acre na porção sudeste do território acreano foi e continua sendo a região que mais sofreu modificações no tocante ao espaço natural.



Fonte: IBGE/ANA.

Figura 04 – Acre: Meso e Microrregiões. Criação e Montagem: Valtemir E. de Souza. Digitalização: Janio Souto.

Considerações Finais

Ao término deste trabalho pode-se observar o processo de conquista do território do Acre, que experimentou avanços e recuos ao longo do tempo, quando os diversos atores envolvidos desenvolveram estratégias e instrumentos, inclusive, diplomáticos visando pôr fim aos conflitos entre os povos vizinhos, dentro da região de contato.

A crescente evolução do movimento de ocupação, organização e exploração dos recursos naturais, a produção de borracha, a escassez de mão-de-obra foram superadas por intensa propaganda e incentivo à migração proveniente do Nordeste, em ampla maioria, do Estado do Ceará, possibilitando a implantação de um sistema de financiamentos, envolvendo comerciantes proprietários de casas aviadoras, sediadas em Belém e Manaus, seringalistas (“os coronéis de barranco”), com seus barracões estabelecidos às margens dos rios e igarapés, espalhados pela região, além das colocações ocupadas pelos seringueiros no interior da floresta.

As várias viagens de reconhecimento e incursões exploratórias, além dos conflitos armados contra as pretensões bolivianas, que demonstraram ser apenas motivações econômicas, tanto que foi lavrado contrato de concessão a uma empresa estrangeira, de capital americano e inglês, abrindo mão da soberania de toda a região reivindicada, invocam acordos e tratados internacionais, para legitimar sua soberania sobre a região em disputa com o Brasil. Em uma análise um pouco mais aprofundada, percebe-se que o conflito havia sido superado, com o *uti possidetis*, estabelecido desde muito, no Tratado de Tordesilhas, ratificado no Tratado de *Ayacucho*, no Art 2º, legitimando a posse do Território do Acre, pelo Brasil, posto que a região se encontrava completamente cheia de brasileiros com seus empreendimentos, os seringais. Isso evidenciava

A invenção da conquista do Acre o descuido por parte do Ministério do Exterior brasileiro, corroborando com as observações dos professores Celso Furtado e Bertha Becker, que afirmaram que a Amazônia se voltava mais aos interesses externos que aos do próprio país.

Uma vez vencidas as muitas dificuldades, o território Acre foi incorporado ao Brasil, no início do século XX (1903), através do Tratado de Petrópolis, sob a liderança do Chanceler Barão do Rio Branco pondo fim aos conflitos entre as partes envolvidas, encerrando também a marcha para o Oeste.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. 112p. il. (Série Princípios).

BECKER, Bertha K. **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?** 2009. In: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/15_cap08_Bertha.pdf

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Barão do Rio Branco: missão em Berlim – 1901/1902**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – MRE, 2009. In: <http://www.livrosgratis.com.br>

COSTA, Írio Barbosa da. **Esplendor e decadência dos seringais acreanos**. In: A organização do espaço na faixa da transamazônica. v. 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 224p il.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec. 1992. (Geografia, Teoria e Realidade; 17).

EGLER, Eugênia Gonçalves. **A conquista do Acre**. In: A organização do espaço na faixa da transamazônica. v. 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 224p. il.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985. v.23. 248 p. il. (Ciências Sociais).

IBGE. **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. v. 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 224p. il.

_____. **Censo Demográfico** – Acre, 1960.

MAIA, Mário. **Rios e barrancos do Acre**. 2. ed. Niterói: 1978.

MATOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1980.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Cadernos da UFAC, Universidade Federal do Acre, 1988. 368p. il. (Série ‘C’, Estudos e Pesquisas).

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: Hucitec/Conselho Regional de Economia, 1984. (Economia e Planejamento: Série teses e pesquisas).

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre:(1870-1912)**. 2ª. ed. Rio Branco: Paim, 1992. 160p. il.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: TAQ, 1980. v. 358p. il. (Estudos Brasileiros).

SOUZA, Márcio. **Galvez imperador do Acre**. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.